

Relatório

Ações de Redução de Gases de Efeito Estufa - 2025



Diretora do Foro

Juíza Federal Amanda Torres de Lucena Diniz Araújo

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho

Juíza Federal e Coordenadora da Comissão de Gestão Socioambiental

Roberta Walmsley Soares C. Porto de Barros

Membros da Comissão de Gestão Socioambiental

Elizabete Cunha Tavares de Oliveira

Guilherme Pires Torres

Helen Melo Tavares Verçosa

Juliana Santos Lemos

Maria Carolina Costa Pontes

Renata Moraes de Albuquerque

Núcleo de Estratégia, Governança e Integridade

Elaboração do texto

Juliana Santos Lemos

Mariela Ramos Garat

Setembro de **2025**



SUMÁRIO

05	—	Apresentação
06	—	Resumo dos Resultados do Inventário
07	—	Ação I - Sistema de geração de Energia Solar Fotovoltaica
08	—	Ação II - Modernização do sistema de Climatização
09	—	Ações de Redução de resíduos sólidos
12	—	Projeto Sementeira - Ação de Compensação de GEE
14	—	Considerações Finais

APRESENTAÇÃO

Em atenção às diretrizes estabelecidas pela **Resolução CNJ nº 594/2024**, que reforça o compromisso institucional do Poder Judiciário com a sustentabilidade e a transição para uma economia de baixo carbono, a **Justiça Federal em Pernambuco** apresenta três ações estratégicas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Essas ações vão além do cumprimento das normas, demonstrando o cuidado da instituição com o **meio ambiente** e a responsabilidade no uso dos recursos públicos.

Este relatório evidencia o esforço contínuo da JFPE em adotar **práticas sustentáveis**, reforçando seu compromisso com uma gestão pública eficiente, consciente e voltada para um futuro mais sustentável.

Resumo dos Resultados do Inventário

Escopo I - Emissões diretas = 55 ton

Combustão estacionária, combustão móvel, emissões de processos físico - químicos, emissões fugitivas e agrícolas.



Escopo II- Emissões diretas = 133 ton

Compra de energia elétrica.

O edifício-sede não possui ainda usina fotovoltaica.



Escopo III - Outras Emissões Indiretas = 25 ton

Inclui emissão indireta de transporte e distribuição, geração de resíduos sólidos e efluentes, viagens de negócio e deslocamento casa - trabalho - casa



Ação I - Sistema de geração de Energia Solar Fotovoltaica

Implantação de Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica nas Subseções Judiciárias de Caruaru, Palmares, Garanhuns, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina.

As usinas fotovoltaicas utilizam a radiação solar — uma fonte limpa, renovável e inesgotável — para gerar eletricidade de forma sustentável, contribuindo diretamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a mitigação das mudanças climáticas.

A Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) já conta com 6 usinas solares em operação, instaladas nas Subseções Judiciárias de Caruaru, Palmares, Garanhuns, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina, que juntas somam uma capacidade instalada de 754 kWp.

Atualmente, está em execução o sistema fotovoltaico do edifício-sede, em Recife/PE, e está prevista a implantação de nova usina solar na Subseção Judiciária de Arcoverde, a ser concluída juntamente com a construção de sua sede definitiva. O objetivo institucional é alcançar 100% de implantação do sistema até 2026, elevando a capacidade total de geração para 2.109 kWp.

A implantação dessas usinas traz benefícios ambientais, econômicos e sociais, pois além de reduzir o consumo de energia proveniente da rede elétrica convencional, elas diminuem os custos operacionais, aumentam a eficiência energética e fortalecem o compromisso da JFPE com a sustentabilidade e a gestão pública responsável.

Dessa forma, o investimento em energia solar fotovoltaica reafirma o papel da Justiça Federal em Pernambuco como instituição comprometida com práticas inovadoras e sustentáveis, integrando eficiência energética, economia de recursos e responsabilidade socioambiental.



Ação II - Modernização do sistema de Climatização

Elaboração de projetos de modernização do sistema de climatização (instalação de sistema VRF).

Os sistemas de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) representam uma tecnologia moderna e altamente eficiente, que permite o controle preciso da temperatura e do consumo de energia em edificações. Esse sistema opera de forma inteligente e sob demanda, ajustando automaticamente o fluxo de ar e a quantidade de refrigerante conforme as condições de cada ambiente, promovendo eficiência energética, redução do desperdício e diminuição das emissões de gases de efeito estufa associadas aos equipamentos convencionais.

No âmbito da modernização da infraestrutura predial da Justiça Federal em Pernambuco, o projeto de climatização contempla a instalação de sistemas VRF como parte do plano de eficiência energética da instituição. Inicialmente, o sistema foi implantado nas Subseções Judiciárias de Caruaru e Petrolina, com resultados positivos quanto ao desempenho térmico e à economia de energia.

Atualmente, encontra-se em execução a instalação do sistema VRF no edifício-sede da JFPE e em seus anexos, além da elaboração dos projetos executivos para implantação nas Subseções de Palmares, Serra Talhada e Salgueiro, com previsão de conclusão de todas as etapas até 2026. Todos os equipamentos de climatização adquiridos utilizam o gás R-410A, que tem alta eficiência energética e menor impacto ambiental.

A modernização dos sistemas de climatização proporciona melhor conforto térmico aos servidores e usuários, otimiza o uso de recursos públicos e reduz custos operacionais, reafirmando o compromisso institucional da JFPE com a sustentabilidade ambiental, a inovação tecnológica e a gestão pública eficiente.



Ações de Redução de resíduos sólidos

- **Distribuição de 820 canecas em 2025 para todos os magistrados e servidores, com o objetivo de reduzir o uso de copos descartáveis no ambiente institucional.**

Em 2025, a Justiça Federal em Pernambuco distribuiu 820 canecas reutilizáveis a todos os magistrados e servidores, como parte de sua estratégia de redução do uso de copos descartáveis no ambiente institucional.

Essa iniciativa contribui diretamente para a diminuição da geração de resíduos sólidos, mitigando o impacto ambiental associado à produção, transporte e descarte de copos plásticos ou de papel. Além dos benefícios ambientais, a ação promove a conscientização sobre consumo sustentável entre os servidores e fortalece a cultura de responsabilidade socioambiental dentro da instituição.

Complementando essa prática, a JFPE mantém uma política de aquisição de materiais sustentáveis, que inclui exigência de certificação ambiental e implementação de logística reversa, garantindo que produtos e embalagens possam ser reciclados ou reintegrados ao ciclo produtivo.

Essas medidas demonstram o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, a redução da pegada ambiental e a gestão eficiente de recursos públicos, alinhando o cotidiano da instituição a princípios de sustentabilidade e preservação ambiental.



- **8.500 quilos de resíduos de papel foram reciclados, evitando a destinação para aterros sanitários, em 2024.**

No ano de 2025, a Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) doou e destinou para reciclagem mais de 8.500 quilos de resíduos de papel, provenientes de processos judiciais e administrativos descartados ao longo de 2024, evitando sua destinação a aterros sanitários e contribuindo para a redução dos impactos ambientais associados à geração de resíduos sólidos.

Desde a sua criação, a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) é responsável por analisar e direcionar esses resíduos, garantindo que sejam encaminhados à ONG Moradia e Cidadania, organização focada em projetos de educação, inclusão digital, geração de trabalho e renda, além de ações emergenciais de combate à fome e à miséria.

A própria ONG realiza o recolhimento do material descartado por toda a Seção Judiciária, incluindo processos judiciais dos Juizados Especiais Federais, Agravos de Instrumentos e documentos administrativos. Toda a ação ocorre em conformidade com editais e avisos publicados no sítio eletrônico da JFPE, garantindo transparência e acompanhamento público do processo.

A JFPE promove a reciclagem de resíduos, a economia de recursos naturais e a responsabilidade socioambiental, transformando materiais descartados em benefícios sociais e ambientais concretos para a comunidade.

- **Implantação de pontos de descarte de resíduos eletrônicos.**

Outra parceria existente é com a ONG Reeecicle. Foram disponibilizados no térreo do edifício-sede e na Sede 2 pontos de coleta de materiais recicláveis para o descarte consciente de equipamentos eletrônicos e periféricos, tendo sido recolhidos 370 Kg de resíduos durante este ano.



- **Desde 2022, 100% das reformas e obras da JFPE incluem critérios de sustentabilidade.**

A construção da sede definitiva da Subseção Judiciária de Arcoverde é o exemplo real dessa abordagem, priorizando medidas como o uso de lâmpadas de LED e aproveitamento da iluminação natural para reduzir o consumo de energia, o plantio de flora nativa que contribui para a biodiversidade e a compensação de emissões de gases de efeito estufa, e a instalação de brises e combogós que promovem conforto térmico e proteção solar. O projeto também contempla pavimentação permeável e a criação de um pátio central de descompressão, além de balcões acessíveis, espaço de amamentação e brinquedoteca, garantindo inclusão e bem-estar aos usuários.

Atualmente, a obra da Subseção de Arcoverde encontra-se na etapa final de execução da concretagem da laje de cobertura e do fechamento das alvenarias.

Essas ações demonstram o compromisso da JFPE com a eficiência energética, redução de resíduos sólidos, preservação ambiental e a qualidade do ambiente institucional, servindo de modelo para futuras obras e reformas da instituição.



Projeto Sementeira

Ação de Compensação de GEE

A Sementeira da Seção Judiciária de Pernambuco é um exemplo consolidado de boa prática socioambiental e de gestão sustentável no âmbito do Poder Judiciário Federal. Criada há mais de 15 anos pelo servidor Abnilson Vilar, paisagista com formação técnico-agrícola e em gestão ambiental, a iniciativa surgiu com o propósito de recuperar e ampliar as áreas verdes no entorno do edifício-sede da JFPE, localizado em um terreno de ampla extensão.

Desde a sua criação, a Sementeira tem se destacado pela produção de diversas espécies vegetais nativas e ornamentais, como crótons, íris-da-praia, peperômias, jiboias, mini costela-de-adão, imbés, espada-de-são-jorge, chapéu-de-napoleão, dianella e diferentes tipos de palmeiras. Todo o trabalho de cultivo e plantio é executado pela equipe de jardinagem da própria instituição, o que valoriza o conhecimento técnico interno e reforça o uso racional dos recursos públicos.

Com o passar dos anos, a iniciativa ampliou seu alcance, passando a fornecer mudas às Subseções Judiciárias do interior do estado, promovendo a replicação das boas práticas ambientais e a integração entre as unidades.

Em 2022, a Sementeira foi fortalecida por meio de parceria com a Comissão Socioambiental da SJPE, que possibilitou a doação de mudas a servidores, magistrados e colaboradores em ações alusivas ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O êxito dessa parceria levou à inclusão da iniciativa no calendário anual de ações socioambientais, consolidando-a como um verdadeiro case de sucesso institucional.

Outro destaque é o caráter sustentável de todo o processo produtivo: os recipientes utilizados no cultivo são materiais reaproveitados, como vasilhames plásticos, latas de tinta, copos descartáveis e bombonas de produtos de limpeza, evitando o descarte inadequado e contribuindo para a redução de resíduos sólidos. Além disso, a Sementeira adota práticas de compostagem de resíduos orgânicos, em parceria com a Ceasa e instituições sem fins lucrativos, fechando o ciclo de reaproveitamento e fortalecendo a economia circular.

Por meio da produção e plantio contínuo de mudas, a Sementeira atua também como uma ação de compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE), uma vez que o aumento da cobertura vegetal contribui para a absorção de dióxido de carbono (CO₂) e demais poluentes atmosféricos, mitigando os impactos ambientais das atividades institucionais.

Assim, a Sementeira da SJPE vai muito além da estética paisagística. Ela representa um modelo de compromisso ambiental, eficiência de recursos e responsabilidade climática, integrando educação ambiental, inovação e sustentabilidade. Sua trajetória demonstra que ações contínuas e bem estruturadas podem gerar impactos ambientais, sociais e climáticos positivos, inspirando outras unidades do Judiciário a adotar iniciativas semelhantes.

Alguns dos resultados colhidos são:

- Plantio de mais 300 árvores nos últimos anos, além da total revitalização do jardim da Sede I;
- Em 2024 e 2025 foram plantadas 70 espécies de tamarindo e ipês na Sede I. Já na Sede II foram mais de 39 mudas, sendo 34 árvores frutíferas e 5 palmeiras;
- Na Semana do Meio Ambiente, a sementeira possibilitou a doação de 1.300 mudas para servidores, magistrados, Subseções, TRF5 e comunidade. Foram 250 mudas para a Subseção de Salgueiro, 300 mudas para a Subseção de Petrolina e 80 mudas doadas ao TRF5, apenas neste ano de 2025.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inventário de emissões da **Justiça Federal em Pernambuco** registrou **213 toneladas de CO₂** equivalente, distribuídas entre 26% (55 toneladas) no Escopo 1, 62% (113 toneladas) no Escopo 2 e 12% (25 toneladas) no Escopo 3. A maior parte das emissões teve origem no consumo de energia elétrica, evidenciando a necessidade de investimentos em eficiência energética e na adoção de fontes renováveis.

As emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis em fontes móveis e estacionárias, embora menos expressivas em termos absolutos, também demandam atenção por representarem fontes diretas de gases de efeito estufa (GEE).

Neste primeiro inventário, foram consideradas apenas as emissões geradas pelas viagens a serviço da instituição. Para o próximo ciclo, o levantamento será ampliado, incluindo as emissões do deslocamento casa-trabalho-casa, de modo a oferecer um diagnóstico ainda mais abrangente do impacto institucional.

Mais do que apresentar resultados, o inventário estabelece uma **base estratégica para o planejamento de ações de redução da pegada de carbono**, reforçando a importância de aperfeiçoar a coleta de dados, engajar os setores internos e promover a **conscientização ambiental** em toda a Justiça Federal em Pernambuco.





JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

AÇÕES DE REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA - 2025



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO